



**“NOS RASTROS DA HISTÓRIA”: LIÇÕES DE HELENICE RODRIGUES DA
SILVA (☆1947 † 2013)**

RONALDO ZATTA¹

Introdução

“Como pesquisadores, devemos identificar os rastros na história!”... Esta frase foi repetida por Helenice Rodrigues da Silva² em inúmeras oportunidades em que realizava orientação de pesquisa histórica e seminários para os cursos de Mestrado e Doutorado na Universidade Federal do Paraná.

Notoriamente, as contribuições acadêmicas mais expressivas de Helenice Rodrigues da Silva se evidenciaram num campo pouco aventurado pela historiografia brasileira, a História Intelectual e a História dos Intelectuais,³ onde liderou grupo de pesquisas, organizou eventos, orientou teses e dissertações incentivando o intercâmbio com profissionais estrangeiros. (ROIZ, 2013). Entretanto, as análises desta comunicação se concentram nas atividades de docência empreendidas por esta intelectual no Programa de Pós Graduação em História durante o segundo semestre de 2012, quando então lecionava a Disciplina de ‘Tese em Cultura e Poder II’.

As discussões fomentadas pela mesma, bem como seus referenciais teóricos, tenderam-se para que as suas lições se concentrassem em uma temática, a qual, perceptivelmente, se fez atuante em boa parte de sua carreira acadêmica: a crise historiográfica francesa do final no século XX.

É perceptível que a influência intelectual da pesquisadora Helenice Rodrigues da Silva, tomando como base a (re)escrita da História questionada pela “guinada da crítica

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES.

² Helenice Rodrigues da Silva, graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Especialização em História Contemporânea pela Université de Franche-Comté (Besançon), França. Mestre em História pela Université de Paris X, Nanterre, França. Doutora em História e em Ciências Humanas (“Doctorat d’État”) pela Université de Paris X – Nanterre (1991). Pesquisadora-associada no laboratório “Communication et Politique” do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, Paris), 1990/1996. Professora-visitante na USP no departamento de História (1996/97). Pós-Doutorado em História no Institut d’Histoire du Temps Présent (do Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França (2004). Professora-adjunta no departamento de História na UFPR (1998-2013) e Conselheira Consultiva e Editorial da Revista de História da UESPI: Vozes, Pretérito e Devir. Falecida em 09 de maio de 2013 na cidade de Curitiba – PR.

³ Destacando-se os estudos sobre as “transferências culturais”.

francesa”, assumiu proporções para além da linha de pesquisa em que ela atuava, qual adequou categorias de análises para a escrita da História nas mais diversas temáticas.

O texto a seguir, guardadas as devidas limitações, possui como norteamento os debates intermediados por Helenice quais foram sucedidos entre encontros que compuseram o Seminário de Tese em Cultura e Poder no ano de 2012 no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR.

A crise de paradigmas da historiografia francesa

O final do século XX foi marcado por algumas transformações ocorridas na historiografia francesa que buscaram realizar uma revisão nos métodos historiográficos daquele país, que por seguinte influenciaram a (re)escrita da História além de suas fronteiras. A maneira de se fazer história na França foi, durante muito tempo, modelo a ser seguido, não tão somente por Helenice, como por outros historiadores estrangeiros⁴.

Questionados pela crise paradigmática do conhecimento historiográfico os *metiers* repensaram suas bases epistemológicas elaborando releituras e novas abordagens teóricas. Tais discussões formadas por alguns autores questionaram a escrita da História Francesa a partir de 1988, movimento que ficou conhecido como a “Guinada Crítica”, o qual toma corpo posteriormente à publicações presentes na revista francesa *Les Annales*.

No auge da crise conceitual francesa da “história ciência”, sustentou-se uma proposta vinculada ao processo de revisão das concepções que influenciaram a historiografia ocidental, re-analisando os métodos e/ou interpretações que faziam parte da disciplina. Tais mudanças de paradigmas historiográficos, e históricos, implicaram diretamente na valorização de noções tais como a “historicidade” e o “presentismo”.

Nesse sentido, algumas das críticas foram elaboradas em 1988 pelas publicações do editorial da revista francesa *Les Annales*, com o título de *Le tournant critique*. (RODRIGUES DA SILVA, 2007: 168). Esses artigos aparecem como uma resposta à crise paradigmática⁵

⁴ O Brasil, inclusive, contou com a presença de intelectuais influentes para a tendência de “afrancesamento” presente na tradição historiográfica brasileira, como o caso de Fernando Braudel que lecionou alguns anos na USP e marcou de forma relevante toda uma época.

⁵ A crise paradigmática se refere à crise da História e à crise da escrita da histórica, vinculada a todas as dimensões da profissão de historiador e a sua relação com a sociedade. A primeira vítima da crise historiográfica foi o paradigma economicista, determinista e estruturalista que ganhou corpo depois da Segunda Guerra

pela qual a história estava passando. Os autores destes textos buscaram fazer discussões sobre novas abordagens e algumas questões teóricas do conhecimento historiográfico⁶. Tomando consistência de um movimento intelectual, o *Tournant Critique*, tinha “por objetivo “estabelecer as bases renovadas” do *métier* do historiador”. Esta auto-análise fomentada pelos próprios historiadores se tornou conhecida como a “guinada crítica” da historiografia francesa.⁷

A aproximação da História com filosofia subsidiou uma outra roupagem a História Política, destacando o acontecimento, a narrativa e a valorização da ação do sujeito. Apresentando a História não mais como uma ciência fisicacional em busca contínua de certezas científicas, mas sim, como um conhecimento sobre o homem no fluxo do tempo.

Essa postura do historiador profissional oportunizou um processo de ruptura com paradigmas até então reconhecidos como estruturalista e macro-histórico. A historiografia ressurge não apenas como um campo disciplinar, mas como um domínio ontológico à reflexão dos historiadores sobre o seu ofício; com postura crítica, problematizando o modo de fazer história e oportunizando uma percepção focalizada nos regimes de historicidade, entendidos como diferentes modos de articulação das categorias “presente, passado e futuro”. Desta forma os regimes de historicidade são utilizados como uma ferramenta heurística que guia o descobrimento e produção de saber. Neste sentido, torna-se pertinente tecer considerações a respeito da atualidade, e através da análise das práticas memoriais procurando compreender as relações atuais entre história e memória, quais foram classificadas por Hartog em três regimes de historicidades ou temporalidades.⁸ De acordo com este autor, vivemos no

Mundial, bem como a definição científica da disciplina História cuja origem se tem base no positivismo oitocentista. Os críticos da História-ciência propuseram a aproximação da histórica com a literatura, pelo viés da ficção, a narração, a hermenêutica e a lingüística. (BARROS, 2001: 206).

⁶Naquele período a posição hegemônica dos *Annales* se encontrava ameaçada por novas correntes historiográficas estrangeiras: “*social history*” inglesa, a micro-história italiana, “*linguistic turn*” americana e a “*alltagsgeschichte*” alemã.

⁷ Este debate historiográfico também mobilizou autores fora dos *Annales*, tais como Roger Chartier, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet... dentre outros.

⁸ Sendo eles: o antigo regime (até o final do séc. XVIII) orientado pelo passado; o regime moderno (1789-1989), que se volta para o futuro; e, a partir de 1989 o “tempo memorial”, centrado no presente e obcecado pelo passado. (HARTOG, 2006: 15-21) e (HARTOG, 1996:127-154).

“tempo memorial” que busca no passado, através de ações memorialísticas, a legitimação do presente.

Nesse sentido, “um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra” (HARTOG, 1996: 129). Pensar a historicidade é compreender que cada contexto possui suas próprias “regras” de fazer e de produzir a história, ou seja, cada pensamento é próprio do seu contexto histórico, que engloba as diversas dimensões sociais.

Hartog afirma que durante o século XX, paulatinamente, instaura-se um novo regime de historicidade - o presentismo - que, contra a celebração do passado e a ideia de progresso, afirma o presente como único tempo possível. Assim, “Passou-se, portanto, em nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo: para um presente que é, para si mesmo, seu próprio horizonte. Sem futuro e sem passado, ou gerando, quase diariamente, o passado e o futuro de que necessita cotidianamente. O slogan “Tudo, imediatamente!”, pichado nos muros de Paris, em 68, é um bom exemplo dessa “hipertrofia do presente” (HARTOG, 1996: 135),

Logo, a ideia de presentismo, pode ser entendida como uma relação com a temporalidade que experimenta o presente como dilatado e onipresente, consumido em sua ‘imediatricidade’; pretendendo não ter outro horizonte senão ele mesmo, tendo o futuro como fechado e imprevisível, uma vez que ele praticamente desaparece do horizonte e o passado sendo constantemente visitado, revisitado e/ou historicizado. Assim, uma das características principais do presentismo é a tendência à historização imediata.

É uma característica da crise historiográfica a reflexão acerca da presentificação do tempo! A História deixa de ser reconhecida como ciência do futuro definida pelo velho clichê, de que estudar História é conhecer o passado para evitar os mesmos erros no futuro, o que desconsidera totalmente as condições históricas que propiciaram aquele acontecimento. Oriundo da valorização do presente, o passado passa por um momento de re-apropriação, servindo mais aos fundamentos políticos ideológicos do que para com sua relação com verdade. Temos assim o “boom” da memória. As tragédias do século XX anularam a visão utópica e otimista de um futuro radioso, tão expresso nas Filosofias da história do século XIX,

sendo importante o presente e a reaproximação do sujeito, a curta duração e a valorização do acontecimento.

Assim, as produções pensadas a partir da crise historiográfica francesa se propuseram a romper com o modelo teórico da “longa duração” e com as certezas metodológicas que permeavam a historiografia francesa dos *Annales* até aquele momento. As novas modalidades de se escrever a história tentaram uma reaproximação com o indivíduo e com a “curta duração”, ou seja, o tempo presente.

O historiador francês François Dosse afirma que o principal motivo desta guinada na história foi a mudança de reflexão que permeia esse conhecimento. Durante os anos de 1950 até meados dos anos de 1980, o paradigma dominante na França foi o estruturalismo. Assim, as disciplinas de lingüística, a sociologia e a etnologia eram mais prestigiadas, sendo fomentadas pelas ideias marxistas e do psicanalismo.

A partir dos anos 80, surgem interesses por novos paradigmas que fugissem a esse modelo dominante. Essas mudanças de paradigmas iniciam-se no momento em que há um deslocamento da investigação para um estudo de uma consciência problematizada, com base nos trabalhos desenvolvidos a luz do pragmatismo e do cognitivismo (DOSSE, 2001). Isso faz com que os indivíduos voltem aos holofotes de pesquisa, dos quais haviam se afastado em oportunidades passadas. Assim “o paradigma dos anos de 1990 reintroduziu não um sujeito transparente e soberano, mas a noção da consciência e das ações capazes de explicar a consciência dos atores” (RODRIGUES DA SILVA, 2007: 172).

Esse “novo” paradigma que começa a se manifestar nos anos de 1980, pode ser entendido por seu papel interpretativo. E se vale da hermenêutica como forte aliada para desenvolver essas novas interpretações, indicadas. Para Dosse e Ricoeur a relevância da hermenêutica foi essencial para essa mudança de paradigma em curso. Assim, percebeu-se a aproximação, na historiografia francesa, de algumas noções teóricas da pragmática e do cognitivismo de inspirações estadunidenses.

Outros pontos relevantes dessa abordagem pragmática que podem ser destacados são a revalorização dos atores históricos, da curta duração e do acontecimento. Esses elementos aliados às novas abordagens interpretativas, fomentadas por diferentes visões de “regimes de

historicidades” abriam púberes horizontes para história. Atribue-se tais iniciativas, principalmente, François Dosse, a Paul Ricoeur, Michel de Certeau, e Reinhard Koselleck.

Foi um conceito de extrema importância para essa troca de paradigmas a releitura do conceito de memória, iniciado pelas discussões de Pierre Nora e aprofundadas por Paul Ricoeur. Essa nova leitura possibilitou a compreensão de que a relação entre história e memória é muito mais tênue do que se pensava anteriormente. Apresentando, ainda, interações muito próximas entre lembranças, esquecimentos e silêncios, elementos que estão em constantes diálogos e sobreposições. Além disso, esses autores apresentaram as diversas modalidades de memórias que podem emergir dessas disputas, e não apenas a memória oficial, que é constantemente revigorada através de discursos e em “locais de memórias”.

Nesse sentido, “essa nova orientação implica levar a sério a ‘guinada lingüística’ e dar grande atenção aos discursos sobre ação, à narração, à transformação das ações em ‘enredo’, mas se, fechar-se na discursividade” (DOSSE, 2001: 43). Percebe-se então uma necessidade de retorno à narrativa tomando o devido cuidado para que não se deixe de lado as ações e os indivíduos em si, evitando a fixação apenas ao discurso. Assim, a “guinada crítica”, além de trazer novos problemas metodológicos, busca, uma união das ciências humanas, rompendo com o monocausalismo tradicional. Dessa maneira, Dosse acredita que não apenas com o pluralismo explicativo, mas com a combinação de modelos e a diversidade interpretativa, existe a possibilidade de adentrar na complexa trama social.

História e memória no tempo presente

A relação entre História e Memória há algum tempo se tornou uma discussão cara à historiografia de um modo geral. Inúmeros autores se inclinaram sobre o propósito de estabelecer relações, distinções, conceituações e maneiras de relacionar e examinar as múltiplas relações entre História e Memória. Entretanto, apesar de ser uma abordagem com uma série de estudos e bibliografia consideráveis, ainda assim, não é um tema de fácil definição, principalmente devido às diversas mudanças de interpretações que surgiram ao longo das discussões estabelecidas pela significativa quantidade de autores. As discussões a respeito da relação entre História e Memória elaboradas por Maurice Halbwachs, a partir do conceito de “memória coletiva”, tornaram-se o ponto de partida para vários desdobramentos a

respeito da memória e de sua relação com a história. Nesse sentido, elevado número de autores se especializaram e passaram a refletir melhor a sobre essa relação, propondo novas interpretações e prismas de análise.

Nora propõe uma nova visão sobre a memória, rompendo com o modelo teórico elaborado por Maurice Halbwachs, que tendia a separar história e memória. A partir das discussões elaboradas por Nora, as relações entre história e memória são muito mais próximas e devem ser entendidas como questões interligadas. (RODRIGUES DA SILVA, 2007).

Além disso, para Dosse “a memória pluralizada, fragmentada, extravasa hoje por todos os lados o ‘território do historiador’.” (DOSSE, 2001: 67). Para este autor, a memória se torna um importante instrumento dos elos sociais, da identidade individual e coletiva, e está no cerce de uma questão essencial podendo ser outra vez interpretada a luz dessas novas discussões. Dosse enfatiza que houve uma reaproximação entre a Filosofia e as ciências humanas, possibilitando novas interpretações de conceitos históricos, auxiliando definição de alguns elementos teóricos.

À medida que avança o conhecimento científico em torno da História e da Memória, se percebe com maior nitidez as posições de distinção que alguns autores assumem em relação às similaridades e afastamentos. Para Halbwachs (1925), elas – história e memória – eram distintas, sendo que a História começava onde terminava a tradição. Para Ricoeur (2000) elas são indissociáveis, pois se configuram através de um cruzamento. Ambas se aproximam pela busca da verdade. Também refletindo sobre a mesma temática, Pierre Nora (1993) e Jacques Le Goff (2003) apontam que não devemos compreender a História e Memória como palavras sinônimas, mas sim, como conceitos que possuem uma relação muito próxima.

Nora se esforça em elaborar um contraponto entre a História e a Memória:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, em elo vívido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas,

telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993: 9).

Tomando como base o conceito de “memória coletiva” cunhado por Maurice Halbwachs, inúmeros autores que adentraram o campo da memória e a sua relação com a história, ou até mesmo os que somente se arriscaram estudar a “era” da memória, elaboraram suas concepções próprias. Para Ricoeur (2000), a memória não deve ser separada da História, pois isso a fraturaria, o autor também traz à tona contribuições em torno das questões do trauma e do perdão, desenvolvidos a partir das análises de casos oriundos da segunda grande guerra. Pierre de Nora (1993) chamou a atenção para a “interpretação dos lugares de memória” como mediadores da História francesa pormenorizados em *Les Lieux de Mémoire*; Henry Rousso (2000) nos fala sobre as “feridas abertas pela memória” como construção da História; no que tange os trabalhos o “não-dito” e “esquecimento” sobressai os estudos de Michael Pollak (1989) sobre a Segunda Guerra Mundial, além das relações da memória com a identidade social.

Sendo a memória vulnerável ao exercício da manipulação, cada vez mais se faz presente uma política de lembrança e esquecimento, servindo de suporte para organizar e formar cultura, identidade social, tradição e materiais simbólicos, de vidas cotidianas e, principalmente, fatos históricos. No viés de Ricoeur, a manipulação da memória, ou seja, utilização deliberada do esquecimento opera através do caráter seletivo da própria memória. Assim, o processo de rememoração social, possui a função de justamente impedir o próprio esquecimento, sendo objeto de interesses em jogos políticos e ideológicos apagando as lembranças de situações constrangedoras, inadequadas ou inviáveis. (RODRIGUES DA SILVA, 2002: 432).

Vivemos em todo lugar manifestações orientadas pela “guinada memorialística” ou “boom” da memória que torna comum a utilização de comemorações, a construção de “lugares de memórias” (museus, praças, monumentos, panteões...). O estabelecimento de datas comemorativas, festividades, criação de heróis, que intencionam lembrar episódios

históricos e/ou gloriosos, forçando um passado em comum ou o reconhecimento extremo das ações de alguns indivíduos. O ato comemorar “significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal.” (RODRIGUES DA SILVA, 2002: 432).

Como orienta a mesma autora, tais situações revelam interesses políticos, e o uso perverso da memória, proporcionando visibilidade a determinados monumentos, apagando certas situações de desconcerto e privilegiando os mitos fundadores e as utopias nacionais. Práticas essas que visam a universalização dos valores de uma sociedade. A história tem a possibilidade de utilização da memória para realização de novas leituras, interpretações sobre o passado, convivendo constantemente com os usos e abusos da memória. Cabe ao historiador a interpretação do passado, diferenciando as construções memorialísticas da história dos povos ou comunidades.

Para Helenice, deve-se pensar a memória, individual ou coletiva, como a transmissão de informações entre gerações sobre trajetórias, fatos e vivências, ela se torna vulnerável aos excessos, esquecimento, “não-ditos” e manipulações. Enquanto a História é o conhecimento crítico que se encarrega da identificação dos abusos vinculado ao passado e transmitido no presente, visando uma perpetuação futura, ela possui uma intrínseca responsabilidade com as vítimas do passado.

O retorno do acontecimento

Na historiografia ocidental atual, sobretudo a francesa, houve uma volta ao acontecimento que, durante meados do século XX, foi relegado pela “Escola dos *Annales*” como apenas um elemento superficial dentro das análises da “longa duração”. Nesse sentido, a ideia de acontecimento estava relacionada à “curta duração”, sendo entendido como a superfície no oceano da história e esse só era levado em conta quando podia revelar as algumas correntes mais profundas da história. A partir dos anos 70, assistimos um tímido reaparecimento dessa abordagem sobre o acontecimento. As mídias tiveram um papel importante na construção da noção de acontecimento, logo o historiador precisou

problematizar essas imagens elaboradas pelas mídias e promover um debate a respeito dessa noção.

Nesse sentido, Paul Ricoeur, aponta três níveis de abordagem do conhecimento em torno do “acontecimento” enquanto um desígnio epistemológico: “1 – o acontecimento infra-significativo; 2 – o limite do *non-événementiel*; 3 – a emergência dos acontecimentos supra-significativos” (RODRIGUES DA SILVA *in* MALERBA; AGUIRRE ROJAS, 2007: 175). O primeiro nível seria apenas descritivo, onde se desenvolve um relato “simples” do ocorrido, essa maneira de interpretar o acontecimento está relacionada com o modelo consagrado pela “escola metódica”. O segundo relaciona-se com as interpretações a partir de modelos metodologicamente pré-estabelecidos, suprimindo a singularidade do acontecimento em detrimento aos registros de leis e modelos explicativos, sendo que neste modelo interpretativo fica evidente a orientação dos *Annales*. O terceiro e último, entende o acontecimento como sendo parte integrante de uma construção narrativa, ou seja, ele faz parte de toda construção do fato histórico. A este último modelo, se enquadram os acontecimentos que tiveram reverberações instantâneas de proporções mundiais, como por exemplo, Maio de 68, a queda do muro de Berlim, 11 de Setembro...

Dessa maneira, só é possível alcançar os acontecimentos através de vestígios, discursivos. O acontecimento deve ser entendido como parte de uma construção maior, entretanto não pode ser analisado apenas de maneira descritiva ou fora de uma estrutura. O acontecimento deve ser interpretado a partir de todos os elementos que o cercam, com base nos vestígios por ele deixados. Desta forma, a historiografia atual tem dado significativo valor ao acontecimento, o que tem sido designado como o “retorno do acontecimento”, apreciando a posição de ruptura materializada pelo episódio em si. Pensa-se, então o acontecimento como um elemento componente da dimensão factaul que tenha recebido determinado valor/reconhecimento pelos atores sociais, aqueles que dele se apropriam.

Neste sentido, Hannah Arendt, orienta confrontar a teoria com o acontecimento para analisar os assuntos da atualidade de maneira a conciliar a historiografia com as ações e emoções humanas, não mais vinculado ao domínio do passado, mas sim às ações no presente onde ainda se percebe influências no campo da política e do social. Para Arendt

É sempre o próprio acontecimento que ilumina, de maneira retrospectiva, suas condições de aparecimento e que introduz uma imprevisibilidade nas ações futuras.

Neste aspecto de valorização do acontecimento em sua relação à descontinuidade do passado e à imprevisibilidade do devir, seu pensamento se aproxima da nova versão epistemológica da história francesa dos anos 90, fundamentada no modelo pragmático e interpretativo. (ARENDRT apud RODRIGUES DA SILVA, 2004: 122).

Desta forma, aparenta-se uma possibilidade de interpretação do acontecimento como uma parte integrante da construção de uma narrativa de identidade fundadora ou negativa, o acontecimento “supra significado” que corresponderia ao paradigma interpretativo. (RODRIGUES DA SILVA, 2007: 175). Pensa-se em vincular a importância do acontecimento com a ideia de ruptura e impacto para legitimar o estudo do objeto de pesquisa histórica, o que induz um deslocamento maior da abordagem do acontecimento, de suas causas e de seus rastros.

Analisar um processo histórico, com caráter de ruptura é concordar com o fato de que as ideias dos acontecimentos são tributárias ao seu contexto histórico. Tomamos como exemplo um estudo de “acontecimento” à obra *Domingo de Bouvines*, de Georges Duby, qual o autor propôs refletir como um confronto insignificante no quesito tático militar forneceu ingredientes para uma das maiores construções do campo simbólico da memória francesa.

A “guinada hermenêutica”

A hermenêutica pode ser definida como um braço da Filosofia preocupada com a interpretação dos textos, e dos demais dados que o rodeiam, sendo aproveitada como uma nova forma de fazer e compreender a História na transformação de paradigmas, sendo uns dos principais componentes da ‘virada interpretativa’ ocorrida na França durante a segunda metade do século XX, que influenciou grande parcela da historiografia ocidental. Ela se caracteriza principalmente pela nova postura do sujeito em relação ao objeto, orientado por re-apropriação e de reconstrução dos acontecimentos.

Pela hermenêutica um exercício de perspectiva pragmática apresenta a sociedade como uma categoria de prática social, resultado da interação entre os atores, abandonando a ideia de ser vista na condição de produto – econômica e cultural. No entanto, como advertido por Dosse, o momento atual da História é suscetível de interpretações plurais. (RODRIGUES DA SILVA in MALERBA; AGUIRRE ROJAS, 2007), o que harmonizar-se muito bem com

a nova ótica que se faz valer da hermenêutica para explicar contextos históricos, abrindo-se uma nova possibilidade de interpretação, não mais vinculada à causalidade e aos motivos dos fatos históricos, mas sim as suas múltiplas explicações.

Como um campo da Filosofia, a hermenêutica, possui como foco de estudo a interpretação, não apenas de textos, mas de diversos elementos que englobam a comunicação social. Por tal peculiaridade foi considerada uma das conduções utilizadas para propor uma nova maneira de se pensar e se fazer história em meados do século XX. Sendo levantada, principalmente, por Paul Ricoeur e, posteriormente, reiterada pelos autores dos textos que compõem a chamada *Le Tournant Critique*.

Dessa maneira, os intelectuais que compuseram a *Le Tournant Critique* estavam preocupados em apresentar um novo paradigma, que fosse entendido como um paradigma interpretativo, pois ele deveria ter como desígnio “pôr em evidência o lugar da interpretação na estruturação da ação, revisitando toda a rede conceitual, todas as categorias semânticas próprias à ação” (DOSSE, 2001: 44). Assim, a hermenêutica aparecia como uma forte aliada para desenvolver essas novas interpretações indicadas por Dosse.

Sendo Paul Ricoeur foi um dos principais pensadores a destacar a importância da hermenêutica para essa mudança de paradigma em curso. A proposta hermenêutica apresentada por Ricoeur, não fica restrita apenas a interpretações de textos, ela avança para uma análise mais profunda na relação entre língua e fala, surgindo como uma nova possibilidade de interpretação do passado em detrimento da causalidade dos fatos. Ampliando assim, de maneira significativa os prismas de interpretação histórica.

A hermenêutica passou a ser um meio importante para que a noção em torno das concepções do passado pudesse superar os modelos “simplificadores” de causalidade; principalmente os provenientes de uma história serial preocupada apenas na análise fria de dados. Nesse sentido, “o recurso à hermenêutica representaria a possibilidade de se libertar de uma “fossilização quantitativa do modelo “labroussiano”, dando margem a uma lógica de “série de interpretações” (RODRIGUES DA SILVA, 2007: 171). Também, possibilitando o surgimento de um prisma mais amplo de interpretações, atento a não engessar a análise histórica. Segundo Dosse, “o enxerto hermenêutico no projeto fenomenológico pressupõe três

trilhas, três mediações em virtude das quais a busca eidética passa pelos signos, pelos símbolos e pelos textos” (DOSSE, 2001: 45).

Considerações finais

Esta comunicação, redigida como tributo a intelectual Helenice Rodrigues da Silva, qual tive a oportunidade tê-la como mestre no Programa de Pós Graduação em História da UFPR, também carrega consigo o intuito de agradecimento. Agradecimento, não pela destacada atuação e produção acadêmica que deixaste, mas pela prática docência que influenciou os novos pesquisadores do PPGH da UFPR.

Se é que poderíamos considerar uma “herança intelectual” que nos fora deixada por Helenice Rodrigues da Silva, certamente destacaríamos como legado a auto crítica profissional, mostrando-nos que em tempos que vivenciamos o historiador ocupar, além da função de pedagógica, uma função social em que é solicitado a intervir em debates públicos sobre as tramas do passado e as atualidades históricas. Para ela, cabe aos profissionais repensar a sua prática na construção da produção histórica! Assim, como fizeram os historiadores franceses no final do século XX, ao repensar os métodos de investigação e de análise, reavaliando/retomando conceitos que respondessem às emergências da crise historiográfica de nosso tempo.

Referências

- BARROS, Carlos. Para um novo paradigma historiográfico. *Tempo*, vol. 6, n. 11, p. 205-222, 2001.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- HARTOG, François. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *História Social*, Campinas, n. 3, julho de 1996.
- _____. Tempos do mundo, história e escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. (Org.): *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006, p. 15-21.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Rev. Projeto História/PUC*, São Paulo, vol. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, p. 200-215, 1992.

REIS, José Carlos. História e Teoria. *Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2002.

_____. Pensar o acontecimento: Hannah Arendt. In: DUARTE, André; LOPREATO, Christina; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2004.

_____. Novos Regimes de Historicidade: o presente, a memória e o acontecimento. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

_____. “A Renovação Historiográfica Francesa após a “guinada crítica”. In: MALERBA, Jurandir & ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs). *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ROIZ, Diogo da Silva. A trajetória de Helenice Rodrigues da Silva (1947-2013) e a prática da História Intelectual no Brasil. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*, v. 2, nº 1, 2013.